

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0002517-70.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Reinaldo Vergílio**

VISTOS.

REINALDO VERGILIO, qualificado a fls.42, foi denunciado como incurso no art.306, "caput", e §1º, inciso I, da Lei 9.503/97, porque em 11.9.2015, por volta de 20h15, na Avenida República do Líbano, 711, Jardim Cruzeiro do Sul, em São Carlos, conduzia o veículo VW- Gol, placas BII-9667, na via pública, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, com concentração superior a 0,6 decigramas de álcool por litro de sangue (exame a fls.43).

Consta que o réu, na direção do veículo, perdeu o controle e colidiu contra os veículos Peugeot, placas DQI-0755 e Ford-Escort, placas BZS-1877, então estacionados.

A polícia militar foi chamada e constatou, no local, que o réu estava embriagado, tendo sido constatada, no exame sanguíneo, a existência de 2,8 gramas por litro de sangue.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sendo incabível a proposta de suspensão condicional do processo (manifestação da Promotoria a fls.61), a denúncia foi recebida (fls.63), sobrevindo citação e resposta escrita, sem absolvição sumária (fls.79).

O réu foi declarado revel (fls.115), sendo ouvidas, em instrução, duas testemunhas de acusação por precatória (146/147 e 178/179).

Nas alegações Ministério Público pediu a condenação, observando a primariedade do réu, regime inicial aberto e substituição da pena por uma restritiva de direitos; a defesa pediu a absolvição do réu por atipicidade, por não haver perigo no caso concreto; subsidiariamente, requereu a fixação da pena mínima com regime inicial aberto, substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e concessão do direito de apelar em liberdade.

É o relatório

**D E C I D O**

A materialidade está comprovada pelo laudo de verificação da embriaguez (fls.43).

A prova oral confirma que o réu dirigiu o veículo e provocou colisão, com dano provocado e, conseqüentemente, com existência de perigo concreto, o que implica em ofensa ao bem jurídico protegido pela norma penal.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Willian Ferreira (fls.147-mídia), policial militar, com depoimento registrado em mídia, lembrou-se do acidente em que o réu, embriagado, colidiu contra os outros veículos; confirmou que o acusado apresentava sinais de embriaguez, falando de maneira desconexa e pastosa, apresentando, na ocasião, odor etílico.

Acrescentou que o réu declarou, na ocasião, não ter visto o que aconteceu, evidenciando clara alteração da capacidade psicomotora.

Da mesma forma, o policial Anderson Clayton (fls.178/179- mídia) confirmou o dano nos veículos estacionados, provocados pelo réu, que dirigia embriagado, com visíveis sinais da embriaguez após o acidente, segundo a testemunha.

Não se tratou, unicamente, de infração administrativa (art.165 do CTB), pois a condução de veículo, sob estado de embriaguez, na via pública, tipificou crime, com ofensa ao bem jurídico protegido: a segurança viária.

A colisão e os danos provocados não deixam dúvida da existência de resultado naturalístico concreto, evidenciando as consequências da infração para a segurança na via pública, onde veículos estacionados deveriam manter-se intactos, o que só não ocorreu em virtude da conduta do réu.

Não há, assim, no caso concreto, possibilidade de aplicação dos princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade, nem violação das normas do art.1º, III, e 5º, II, e §2º, da Constituição Federal

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

vigente.

O réu é tecnicamente primário, embora possua mau antecedente (fls.64).

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação e condeno Reinaldo Vergílio como incurso no artigo 306, "caput", combinado com art.306, §1º, I, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

Passo a dosar a pena.

Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando o mau antecedente de fls.64, fixo-lhe a pena acima do mínimo legal, em 07 (sete) meses de detenção, a serem cumpridos inicialmente em regime aberto, nos termos do artigo 33, e parágrafos, do Código Penal, mais 11 (onze) dias-multa, no mínimo legal, e suspensão da habilitação para dirigir veículos, por 02 (dois) meses e 10 (dez) dias.

Presentes os requisitos legais, substituo a pena privativa de liberdade por uma de prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo, em favor de entidade com destinação social a ser oportunamente indicada.

Transitada em julgado, intime-se o réu para entrega da carteira de habilitação, em 48 horas, nos termos do artigo 293, §1º, do CTB.

O réu poderá apelar em liberdade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de abril de 2018

André Luiz de Macedo

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**